

EDUCAÇÃO E JOVENS EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE: UM DESAFIO AO EDUCADOR NO COTIDIANO EDUCACIONAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

MIRIAM APARECIDA GUEDES

Mestre em Educação - PPGE – UNINOVE
Coordenadora Pedagógica – Fundação CASA/SP

CARLOS BAUER

Professor PPGE - UNINOVE

Introdução

Para atender às inquietações e vivências no atendimento socioeducativo de semiliberdade, com viés na cotidianidade das relações com a escola, buscamos, por meio de embasamento teórico e metodológico, reflexões a partir de documentos bibliográficos, normativas (nacionais e internacionais) e relatos dos jovens, compreender a “escola e seus protagonistas”. Algumas temáticas nos interessam para dialogarmos sobre a convivência familiar e comunitária, o jovem no cenário escolar e as experiências pessoais e afetivas.

Acreditamos que pesquisar a trajetória dos jovens inseridos em medida socioeducativa de semiliberdade poderá contribuir para o entendimento dos desafios enfrentados pelos educadores da escola pública na cidade de São Paulo.

Este trabalho objetivou verificar, por meio dos sujeitos sociais, se as políticas públicas estão atingindo os seus anseios no cenário escolar e investigar a cotidianidade do autor de ato infracional, em cumprimento do artigo 120¹ da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

As entrevistas ocorreram em cinco Centros de Atendimento de Semiliberdade, Alvorada, Araré, Azaléia, Caetanos e Jacirendi, respeitando-se a agenda de atividades multiprofissionais dos jovens e das jovens, no período compreendido entre 25 a 31 de outubro de 2013, em horários acordados entre a pesquisadora e a gestão. As entrevistas realizadas demonstraram uma perspectiva crítica em relação à escola, ressaltando a

¹ Art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinada desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. § 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade. § 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

importância de se estabelecer uma interlocução com os professores, para além dos conteúdos curriculares.

1. Breve histórico da política estadual de atendimento aos jovens em conflito com a lei

Na cidade de São Paulo, o Instituto Disciplinar, conhecido como Instituto Disciplinar do Tatuapé, criado em 1902, na região do bairro do Belém, recebia crianças e adolescentes que haviam cometido pequenos delitos ou aqueles que perambulavam pelas ruas. No ano de 1903, tiveram início às atividades do instituto, com viés no sistema jurídico, assistencial e policial do governo do Estado, na cidade de São Paulo e do qual seguia o Código Penal de 1890 (FONSECA, 2007).

A finalidade principal consistia no processo de internação dos menores sob a tutela do Estado e na recuperação pela disciplina cotidiana e aplicação do trabalho, como maneira de coibir a criminalidade. Em atenção a esta problemática, o Brasil apresenta um documento legal, o Código de Menores de 1927², conhecido como Código Mello Mattos.

Durante o período de 1934 a 1964, percebemos que, nas diversas instalações para o atendimento aos desvalidos e abandonados, faltavam ainda diretrizes e programas específicos e adequados para o desenvolvimento físico e mental dos “menores” atendidos.

No ano de 1985, a Organização das Nações Unidas – ONU, apresentou o primeiro instrumento que detalha as normas administrativas da justiça juvenil, sob a Resolução da Assembleia Geral nº 40/33, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil – Regras de Beijing. No texto das Regras de Beijing, destacam-se os princípios norteadores de políticas públicas voltadas à juventude em conflito com a lei, bem-estar, aliado às necessidades da sociedade na corresponsabilidade com as ações do Estado no que se refere à proteção de seus direitos.

Para garantir os direitos à infância e adolescência, surgem os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares, que se constituem de parâmetros para viabilizar ações mais efetivas na realidade social, política e econômica deste grupo, com viés em valores éticos na perspectiva da dignidade humana.

Mesmo com o sistema de proteção aos direitos humanos, oficializado pela Constituição Federal de 1988, ainda nos dias atuais continua sendo um grande desafio à sociedade programar ações públicas para a juventude (CASTILHO, 2011, p.106-107).

² Site consultado:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/09/2013.

2. Desafios e perspectivas: medida socioeducativa, juventudes e educação

Quando olhamos a história da educação e dos jovens no ambiente escolar, podemos dizer que o movimento social e educacional vem contribuindo para uma política de mudanças e reorganização, objetivando criticamente os fundamentos da educação nacional. Para Brandão,

[...] o ideal da educação é reproduzir uma ordem social idealmente concebida como perfeita e necessária, através da transmissão, de geração a geração, das crenças, valores e habilidades que tornavam um homem tão mais perfeito quanto mais preparado para viver a cidade que a que servia. E nada poderia haver de mais preciso, a um homem livre e educado, do que o próprio saber e a identidade de sábio que ele atribui ao homem (BRANDÃO, 1987, p. 44).

É evidente que ainda temos um longo caminho a trilhar para que o sistema educacional em nosso país possa adequar-se às necessidades da sociedade em relação à educação pública, incluindo no sistema educacional os adolescentes em conflito com a lei, na medida socioeducativa de semiliberdade.

Ao refletir sobre o espaço escolar, inferimos que o aluno autor de ato infracional e os profissionais da educação encontram dificuldades de organizar uma proposta pedagógica para superar as situações da cotidianidade. Acreditamos que tais questões, ao serem enfrentadas e confrontadas podem criar mecanismos para minimizar os conflitos presentes, desmistificando a impossibilidade de soluções.

Abramo (1997, p. 35) ressalta questões pertinentes para discutir as particularidades desse segmento social, chamado jovem:

[...] ao privilegiar o foco de nossa atenção sobre os jovens como emblemas dos problemas sociais, muitas vezes não conseguimos enxergá-los e entendê-los propriamente; e, como consequência, nos livrar de uma postura de desqualificação da sua atuação como sujeitos.

Neste contexto, partimos dos pressupostos, que as políticas da, para a juventude vem ocupando espaço na sociedade, para debater os anseios, perspectivas na roda viva desses sujeitos sociais. Assim, o Estatuto da Juventude, sancionado em 05 de agosto de

2013, por meio de princípios e diretrizes³ das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional da Juventude – SINAJUVE (artigo 1º) mencionam os direitos dos jovens.

Ao longo das décadas percebemos a invisibilidade das meninas-adolescentes, pois a sua vida estava destinada à instrução, as tarefas do lar. Essa percepção é ratificada na análise realizada pelos pesquisadores Couto, Coelho, Blard e Noronha (1998, p. 54), quando nos dizem que:

No tempo em que a expressão 'sexo frágil' carregava o sentido de inércia social, meninas/mulheres pobres foram levadas para Instituições Totais. Submetidas ao princípio da *domesticidade*, que tanto criava domésticas quanto domesticava as mulheres, eram encerradas uniformizadas nos grandes asilos ou internatos que seguiam os padrões vigentes, criando pseudopessoas através do medo, da culpa e dos castigos, ditados pela moral católica.

Assim, pouco se fala do universo feminino, principalmente daquelas mulheres em condições socioeconômicas desfavoráveis e em situação de vulnerabilidade social, sexual e racial.

Na busca pela identidade feminina se rompe com algumas situações ao longo das décadas, relatada por Couto, Coelho, Blard e Noronha (1998, p. 69), a partir da submissão das meninas, pois:

Ser menina/mulher pobre, branca ou negra é ainda um dos fatores que levam as atualmente denominadas “meninas de rua” para dentro das instituições que carregam muitas características de fechamento, apesar das alterações surgidas por pressão dos movimentos sociais, que levaram a mudanças constitucionais e à elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao considerarmos a convivência entre os meninos e meninas, evidenciamos as transformações dos estereótipos sociais que se estabelecem na escola. Portanto, possibilitar discussão sobre os papéis que homens e mulheres ocupam na sociedade é uma maneira de refletir as atitudes comportamentais sobre esta questão.

³ Cidadania, participação social e política, representação juvenil, educação, profissionalização, trabalho, renda, diversidade, igualdade, saúde, cultura, comunicação, liberdade de expressão, desporto, lazer, território, mobilidade, sustentabilidade, meio ambiente, segurança pública e acesso à justiça.

O fato das mulheres ingressarem numa escola é fato essencial para observação, pois, Pupo (2010, p.31) expressa que *é nesse universo escolar que meninas e meninos constroem sua autoimagem e interiorizam padrões de conduta discriminatória, difíceis de serem modificados posteriormente*. No contexto das práticas educativas, este espaço pode contribuir para a construção de identidades de gênero.

O direito à educação desafia a igualdade de oportunidades, uma vez preconizada nas legislações vigentes em nosso país, educação para todos nas escolas. Para tanto, buscar alternativas para o processo de inclusão aos adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social implica em estar matriculados na escola e frequentando as salas de aulas.

3. Educação escolar no cotidiano dos protagonistas: espaço de inclusão ou exclusão?

Ao compreender a complexidade da execução de medida de semiliberdade implica na ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei. No entanto, parece necessário aprofundar a questão de escolarização e profissionalização, de acordo com os recursos da comunidade, para garantir o alcance das metas dos jovens na construção do projeto de vida.

Conforme caracteriza Certeau (1996, p. 43), sobre a cotidianidade e a vida comum, refere-se que:

[...] o bairro é o espaço de uma relação com o outro como ser social, exigindo um tratamento especial. Sair de casa, andar pela rua, é efetuar um ato cultural, não arbitrário: inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes (os vizinhos, a configuração dos lugares etc.). A relação entrada/saída, dentro/fora, penetra outras relações (casa/trabalho, conhecido/desconhecido, calor/frio, tempo úmido/tempo seco, atividade/passividade, masculino/feminino...). É sempre uma relação entre uma pessoa e o mundo físico e social.

Portanto, historicizar os bairros em que os Centros de Atendimento de Semiliberdade estão localizados, dá a possibilidade de compreendermos a vida da comunidade que convive com o cotidiano dos jovens e profissionais da medida socioeducativa.

Ao dar a voz para estes e estas jovens, buscamos na escuta, oferecer possibilidades de expor suas experiências e vivências no espaço escolar. E a partir das transcrições das entrevistas, analisamos as suas contribuições dos temas abordados.

Encontramos nos jovens que entrevistamos muita receptividade ao nosso objetivo de ouvi-los sobre como concebem e a importância da escola em suas vidas, principalmente, quando projetam o futuro e compreendem que a sua relação exige a alteração imediata das relações de delinquência à que estão imersos. Nesse aspecto, em uma das entrevistas realizadas, perguntamos como imaginam e o que nos dizem sobre a interrupção dos estudos e o significado que atribuem ao tempo que fora da escola?

Só quando eu fui preso, agora só. Eu sempre frequentei a escola. Fiquei dois, três meses fora da escola. Hoje a minha mãe foi fazer a minha matrícula. Só assinar pra eu voltar para a escola. Eu repeti o 1º ano do ensino médio, porque eu não ia para a escola, não. Quando eu fui preso, eu não estava indo pra escola. Ai, não deu a frequência. Toda a escola é tudo normal. Todas iguais. Quem faz a escola é o aluno. Eu passei por cinco escolas, mas no Vilalva, a disciplina e o ensino é outro. São mais rígidos, lá. O ensino é mais avançado, lá. (IVAN. In GUEDES, 2014)⁴

A vida em grupo pode ser uma solução momentânea para os conflitos presentes na vida dos jovens e adolescentes, mas tornar-se-á nociva se prolongar e proporcionar o envolvimento com a delinquência e as ações delituosas, mas é interessante remeter essa procura pela vida grupal no universo escolar e, por conta disso, consultá-los sobre como pensam a escola, a importância que atribuem e projetam a essa instituição:

É um espaço importante, sim, com certeza. Não é atoa que muitos com 40 e 50 anos voltam para a escola. Lá, onde to, é assim, tem pessoas de 40 e quase 60 anos que estão estudando. Eles voltam porque perderam muito tempo. Porque na época deles, era mais importante o trabalho do que a escola, não sei, então eles voltam para a escola agora. Tem uma mulher de 60 anos que estuda junto comigo. É o momento do retorno. Momento que eles estavam no mundo antes, que não era o nosso, pois eles são bem mais velhos que a gente. Então, pra eles, tipo, era mais importante o trabalho, do que a escola. Então, eles preferiram trabalhar e perderam muitos anos de escola, agora eles voltam, de novo. Tem adolescente que chega, dorme, sabe e não tão nem aí. Enquanto senhor de idade, fica prestando atenção nas aulas e adolescente chega e dorme, do tipo, ao invés de aproveitar, porque na época deles eles não aproveitaram os estudos, não deu tempo. E a gente que tem tanto tempo, ninguém, muitos, não aproveitam. (CARLA. In GUEDES, 2014)⁵

Houve interrupção no seu percurso escolar? Quais foram os motivos?

(silêncio...) Não tinha vaga. Porque eu fui expulso. (silêncio...) Ai fui procurar escola e não tinha vaga. Aí, fiquei sem estudar. Que série você está? 7ª série

⁴ Transcrição do depoimento do jovem (nome fictício).

⁵ Transcrição do depoimento da jovem (nome fictício).

do EJA. Você acha que houve uma perda nestes quatro anos que ficou fora da escola? (silêncio...) Houve. Já era eu ter terminado os estudos. Estaria trabalhando em um emprego bom. (silêncio...) Em uma metalúrgica. Os seus pais estudaram? Só a minha mãe que terminou, 3º ano do ensino médio. E seu pai? Acho que terminou a 5ª. Este ano você estudou? Não. Iniciei quando sai da Fundação, ai, comecei a estudar. Nestes quatro anos, fora da escola, o que você fez? Trabalhei na pizzaria, fazia tudo. Era forneiro, trabalhava na cozinha. E tava fazendo circo escola. (ELIAS. In GUEDES, 2014)⁶

Na relação que se estabelece o indivíduo com a sociedade, fundamentalmente, a convivência escolar propicia o contato subjetivo com os demais grupos sociais que fazem ou fizeram parte de sua história. Na infância e adolescência, os jovens passaram por algumas experiências na escola, então, perguntamos se na trajetória de estudante, tinha alguns fatos marcantes, que no bate-papo com os colegas, sempre recordava.

Há, tem sim. Eu lembro, esses dias eu tava falando pro colega meu, lá na minha quebrada, eu fui e falei, acha parça, chapa, poderia voltar àquela época que gente estudava lá no Caique, bem antes, de ser transferido pro fundamental, na época de prezinho, chapa, porque podia voltar àquela época. Porque a gente se conhece desde pequeno, sabe, podia voltar àquela época, todo mundo junto, andando junto, ninguém nessa vida. Todo mundo andando de boa, sem se preocupar com nada, sabe. É o melhor momento, que eu acho assim, que é tá junto dos meus colegas, mas naquela época, né. Foi à época da hora. Tem vários passeios marcantes, também, mais um dos mais marcantes foi de uma mão, que esse meu parceiro, a gente fazia curso junto, que lá minha cidade, lá tem um curso que é Fundai, sabe, a gente fazia curso junto. Daí, o mais marcante memo, foi quando nos fomos pra cachoeira, lá em... Xavier. Daí, aquele dia, lá, foi melhor dia, sim, que eu me lembro até hoje, de todos os detalhes, foi esse dia. Sabe, eu já tava grande, eu já tinha uns 10, 11 anos nessa época, já. (CARLOS. In GUEDES, 2014)⁷

Para o docente, é importante resgatar o Projeto Político Pedagógico, a partir das contribuições dos jovens e das jovens, que poderá resultar na interlocução de seus saberes com os alunos, na relação dialética entre teoria e prática, no cotidiano educativo. No que se refere à especificidade dos professores em suas ações pedagógicas, no âmbito da sala de aula, partimos do princípio que dos inúmeros desafios é um espaço de interatividade e ensino-aprendizagem.

Os depoimentos apresentados corroboram a pesquisa envolvendo a educação e medida socioeducativa de semiliberdade, principalmente com os jovens matriculados na rede pública de ensino.

⁶ Transcrição do depoimento do jovem (nome fictício).

⁷ Transcrição do depoimento do jovem (nome fictício).

Mas o que nos chama atenção, no momento em que nos dispomos a realizar as entrevistas e operar uma efetiva aproximação desses jovens, é que toda essa lógica institucionalizada associada às políticas públicas que visam, por exemplo, a implementação do ECA, desconsideram aspectos importantes das experiências pessoais e afetivas que, em nossa opinião, não podem ser descuidados por aqueles que estão preocupados com a superação do descaso com a vida humana e que vislumbram, no fortalecimento das relações educacionais, uma efetiva contribuição na melhoria da convivência social.

Na fala dos jovens entrevistados manifestaram-se alguns pontos que julgamos importantes, como é caso da comunicação entre professores e alunos, a sensibilidade estética, numa perspectiva de um novo olhar para o ambiente escolar.

Os depoimentos desses jovens, quanto à idealização da escola, nos remete à formação permanente dos profissionais da educação, objetivando discussões geracionais, para buscar entendimento de aproximarem-se das práticas educativas com o momento histórico de nossas juventudes, pois ao longo dos anos, os alunos se tornaram mais críticos em relação ao espaço escolar.

Na perspectiva das relações que se estabelecem entre os alunos e educadores no cotidiano escolar, Freire e Shor (2011, p.24 e 27), ressaltam que:

A educação deve ser integradora – integrando os estudantes e os professores numa criação e re-criação do conhecimento comumente partilhadas [...] o primeiro pesquisador, na sala de aula, é o professor que investiga seus próprios alunos. Se os professores ou os alunos exercessem o poder de produzir conhecimento em classe, estariam então reafirmando seu poder de refazer a sociedade.

É necessário pensar nas escolas periféricas dos grandes centros urbanos, formada por jovens que também almejam sonhos e realizações pessoais e profissionais.

Portanto, concluímos que as ideias de renovação e inovação do trabalho educativo possam estar ligadas às condições sociais, culturais, econômicas e políticas, na formação dos educandos e educadores, ressignificando o tempo e o espaço, em seu campo de possibilidades. E no bojo de toda discussão, também, é preciso considerar os subsídios fornecidos aos jovens e as jovens em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade.

Considerações Finais

Ao discutir a atuação da escola da rede pública de ensino e Fundação CASA-SP, que se constituem em parâmetros na tentativa de analisar o cotidiano escolar dos e das jovens, vemos que as instituições podem construir um espaço democrático e comprometido, ouvindo as vozes dos jovens-estudantes e não somente jovens em conflito com a lei.

No decorrer da pesquisa, procuramos investigar, ouvindo as vozes dos jovens e das jovens, o que eles pensam sobre a escola, o que nos possibilitou novos olhares, sobre algo que acreditávamos conhecer. E também, rever a prática profissional na busca de alternativas no contexto institucional por meio de uma adequada fundamentação teórica, que instrumentalize o cotidiano das instituições, escola e Fundação CASA, que atendem aos protagonistas privados de liberdade.

A participação dos jovens e das jovens, na especificidade desse estudo, perpassa um trabalho formativo aos profissionais que atuam com os sujeitos, na garantia de seus direitos sociais. Ao constatar afirmação positiva dos jovens sobre a escola, compreendemos que nem sempre ela é atrativa. Há encontros e desencontros, uma vez que a expressão nas ruas com seus pares e o entretenimento despertam mais interesse do que este espaço institucional. Quanto à trajetória escolar dos jovens e das jovens, em suas vozes, percebemos uma ruptura nos espaços da sala de aula e da escola.

As respostas obtidas nas entrevistas com os e as jovens promoveram uma reflexão crítica sobre os programas educativos, culturais e sociais que retratam a realidade dos estudantes ao desafiá-los para novas perspectivas pela construção de sua educação.

O diagnóstico situacional do sistema escolar, verificado na pesquisa com os jovens em cumprimento de medida na Fundação CASA-SP, pode contribuir em uma aprendizagem fora de seus muros, rompendo barreiras, preconceitos, num contexto da incompletude institucional, no universo da educação brasileira, no que diz respeito ao atendimento aos protagonistas.

Quanto à especificidade do atendimento, este trabalho tem como pressuposto, ofertar conteúdos formativos aos professores e profissionais envolvidos com os jovens em privação de liberdade, para subsidiar discussões e reflexões acerca do desafio da educação e juventudes no cenário escolar.

Enfim, se considerarmos a particularidade das instituições que atendem a estes e estas jovens, nos remetemos necessariamente ao debate sobre a qualidade de políticas públicas para o enfrentamento destas prerrogativas, o cotidiano escolar dos jovens e das jovens em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade da Fundação CASA-SP.

REFERÊNCIA

- BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia Anido (Org.). *Infância tutelada e educação: história, política e legislação*. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013.
- CASTILHO, Ricardo. *Direitos Humanos: Processo histórico – Evolução no mundo, Direitos fundamentais: constitucionalismo contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 258-261.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FONSECA, Sérgio César da. *Infância e Disciplina: O Instituto Disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1890-1927)*. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 2007.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Trad. Adriana Lopes. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GUEDES, Miriam Aparecida. *Educação e jovens em medida socioeducativa de semiliberdade: um desafio ao educador no cotidiano educacional na cidade de São Paulo*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Educação, UNINOVE, 2014. Dissertação de Mestrado.
- ONU. Organização das Nações Unidas. Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing. Resolução 40/33, de 29 de Novembro de 1985.
- PASSETTI, Edson. *O que é menor*. Paulo: Brasiliense, 1985.
- PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'Água, 2001.
- VOLPI, M. (Org.) *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez, 1997.
- WAISELFISZ, J.J., (Coord). *Juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Cortez, 1998.
- _____. *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

PERIÓDICOS:

- ABRAMO, Helena Wendel. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, 1997. Número especial, nº 5-6, p. 35 -36.
- SÃO PAULO. Fundação CASA. *Diretrizes para Implementação da Medida Socioeducativa de Semiliberdade*, 2012.
- PUPO, Kátia. *Meninas e meninos na escola*. In: CASA em revista. São Paulo, Fundação CASA, ano I, número2, março, 2010, p. 31-33.

SITES CONSULTADOS:

- <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/a-fundacao>. Acesso em 11.março.2012.
- <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br> Acesso em 09.out.2012.
- <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20.set.2013.